

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

VLADIMIR ROCHA FERREIRA

O TRABALHISMO NA *HORA DO BRASIL*

**Belo Horizonte
Janeiro 2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Vladimir Rocha Ferreira

O Trabalhismo na *Hora do Brasil*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito parcial para conclusão do Curso de Especialização em História e Culturas Políticas do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Prof^a Dr^a Miriam Hermeto

**Belo Horizonte
Janeiro 2011**

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise na qual é possível perceber na proposta Estatal elementos de constituição de uma Cultura Política, neste caso, da cultura política trabalhista durante o Estado Novo. Se como estatuto acadêmico o conceito Cultura Política tem origens nos anos de 1950 e 1960, este trabalho mostra como o Estadovarguista, nas palestras do Ministro do Trabalho Alexandre Marcondes Filho, durante o ano de 1942 no programa *Hora do Brasil* se utilizou de representações, valores e práticas que posteriormente foram inscritos na Cultura Política.

Palavras-chave: Cultura Política. Estado Novo. Palestras.

ABSTRACT

Such article presents an evaluation which shows elements of construction of a Political Culture in the State proposal, in this case, of the Labor Political Culture during the New State. As the status of academic the Political Culture concept has its origins in the 50s and 60s. Such assignment shows how the vanguard State, according to the lectures given by Labor Minister Alexandre Marcondes Filho, in 1942, broadcasted on Hora do Brasil radio programme released old memories, values and practice which were adopted by the Political Culture later on.

Key-Words: Political Culture. New State. Lectures.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	LEGISLAÇÃO, OUTORGA E CULTURA POLÍTICA TRABALHISTA	9
3	A HORA DO BRASIL: O PROGRAMA DE RÁDIO GOVERNAMENTAL	11
4	AS PALESTRAS	14
4.1	1ª Palestra – Programa	14
4.2	2ª Palestra – Na <i>Hora do Brasil</i>	15
4.3	3ª Palestra – O pensamento dos interesses da nação	17
4.4	4ª Palestra – Vida Sindical	18
4.5	5ª Palestra – Mensagem de Promessa, esperança e simpatia	20
4.6	6ª Palestra – Concurso de Romance e Comédia	21
4.7	7ª Palestra – Espírito e Vontade de Conciliação	22
4.8	8ª Palestra – A senhora do lar proletário	24
4.9	13ª Palestra – Primeiro de Maio.....	28
4.10	19ª Palestra - A cidade e o campo	29
4.11	43ª Palestra – A Consolidação	31
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
	REFERÊNCIAS.....	36

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o objetivo de identificar, nos discursos estatais, um desejo de criar uma Cultura Política Trabalhista para os trabalhadores brasileiros durante o Estado Novo. Para isso, são utilizadas, neste trabalho, as definições teóricas de Motta (1996; 2005) para definir Cultura Política.¹

Assim, primeiro deteve-se no entendimento dos pontos que definem uma Cultura Política e, para tanto, apropriou-se do conceito de Motta (1996, p.86). Para ele, esse termo compreende “um conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginário, partilhados por determinado grupo”. Dessa forma, compreendendo o que caracteriza uma Cultura Política, pôde-se investigar se caberia ou não seu uso neste trabalho, e somente depois desse estágio, levantou-se minuciosamente atributos da Cultura Política no discurso estatal, expresso em forma de palestras diárias aos trabalhadores.

Assim, o objetivo deste trabalho não foi o de levantar ou descrever as políticas trabalhistas, muito menos mostrar a implementação destas medidas, sua eficácia ou não, apenas analisou-se as palestras do então Ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, na tentativa de identificar, nas suas falas, pontos que se relacionam a elementos pertencentes à Cultura Política. Portanto, a proposta deste trabalho foi identificar no discurso estatal todos ou alguns dos atributos da cultura política.

¹ Para definir o termo, inicialmente, procedeu-se ao estudo do texto *O conceito de cultura política* apresentado no ano de 1996, no X Encontro Regional da Seção de Minas Gerais da Associação Nacional de História (ANPUH), em Mariana, Minas Gerais. No sentido de esclarecer essa noção, fez-se também a leitura de *Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia*, contemplado na obra *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*, também organizada por esse autor.

O ato de forjar a Cultura Política² foi valorizado inicialmente no uso de seu conceito e descaracterizado posteriormente, justamente por ser o oposto de longa duração. Seu uso aqui é justificado se se considerar que o país enquanto nação ainda dava seus passos; como nação industrial - já que os discursos foram dirigidos principalmente aos operários - ainda era incipiente. Portanto, mais que forjar uma Cultura Política trabalhista, Vargas forneceu inspiração para um projeto direcionado para o futuro, e para tal, encontrou legitimidade no conceito moderno de Cultura Política.

Para esse estudo, ancora-se, neste trabalho, na abordagem de Fausto (2001), de Gomes (1988; 1989) e de D'Araujo (1989) abordam da questão do trabalhismo. Este trabalho tem o objetivo de ampliar a análise historiográfica sobre o tema trabalhismo, bem como de perceber o papel do trabalhador brasileiro no Estado Novo numa visão diferente do discurso estatal. Fausto (2001) volta suas análises, sobretudo, para o governante Vargas, sua conduta autoritária e confere aos trabalhadores papel secundário, de simples receptores de leis que tinham “por objetivos principais reprimir os esforços organizatórios da classe trabalhadora urbana fora do controle do Estado e atraí-la para o apoio difuso ao governo.” (FAUSTO, 2001, p.335)

Dessa forma, Fausto (2001) opõe-se às ideias de D'Araujo (1977) e, principalmente, de Gomes (1988), pois ambas conferem aos trabalhadores uma significância singular, não apenas de massa de manobra, mas de um tipo que conseguiu obter ganhos do quadro político criado por Vargas.

² O conceito Cultura Política tem suas origens nos anos de 1950 e 1960, portanto, quando se trata aqui das intenções governamentais em criar uma Cultura Política para os trabalhadores, analisa-se a pretensão do Governo Vargas de construir valores e representações para serem compartilhados pelos trabalhadores.

Mais do que isto, Gomes (1988), em bibliografia relacionada, opta por estudar o trabalhismo em detrimento ao populismo porque, o segundo, ela vê como mito e enquanto mito ela desconsidera a possibilidade de realizar um trabalho acadêmico. Já ao primeiro, a autora atribui características de tradição, possibilitando, portanto, uma análise acadêmica.

No que tange ao conceito de trabalhismo, há, entre Fausto (2001) e Gomes (1988), convergências e divergências. Sobre as convergências, ambos consideram a clarividência do líder Vargas como responsável por criar as leis, mas Fausto (2001) vê a política trabalhista sob dois aspectos: (i) a iniciativa material, que é bem discutível se se observar que há autores que questionam o ganho imediato por parte dos trabalhadores e (ii) a imagem de Getúlio Vargas. Gomes (1988) vai mais além nessa questão, pois identifica outros aspectos do trabalhismo, como ritos, e aí poderia incluir o tempo festivo e, principalmente, o objeto de estudo deste trabalho: as falas do então Ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho. De certa forma, Gomes (1988) também atribui significância à figura de Vargas, mas sob uma ótica acadêmica, para não incorrer no erro de se direcionar para o populismo, caracterizado por ela como mito, e da forma como ela defende, sem possibilidade de uma análise acadêmica.

Com objetivo de levantar os valores e as representações que foram criados pelo governo estadonovista para serem partilhados pelos trabalhadores, nas partes que se seguem, realiza-se o levantamento e as análises das falas ministeriais afim de identificar a construção desses valores e representações.

No Capítulo 2, especificamente, intenciona-se justificar a escolha do objetivo deste trabalho, principalmente pelo auto-reconhecimento governamental de que a legislação trabalhista, da forma que foi implantada, se configurou num ganho sem

precedentes. Depois, pelo também reconhecimento governamental expresso nas entrelinhas, de que, após 1930, o Brasil foi *redescoberto*.

No Capítulo 3, delinea-se o funcionamento do programa *Hora do Brasil*. Nessa parte, descreve-se os métodos utilizados pelo governo para estabelecer uma relação direta com o público, por exemplo, com o uso de uma linguagem didática, de assuntos diversos ou mesmo dirigidas a um público específico. Também se justifica a escolha do rádio como meio favorável para se comunicar com as diversas regiões.

Já no Capítulo 4, que trata das palestras, procura-se mostrar como o ministro se dirigiu aos mais variados públicos, bem como tratou dos mais diversos assuntos, e como realmente usou uma linguagem bastante didática, corroborando com a ideia de Gomes (1988), na obra *A invenção do trabalhismo*. Mas principalmente, é no desenrolar deste capítulo que se tenta identificar a tentativa governamental de criar valores e representações que deveriam ser compartilhados pelos trabalhadores brasileiros.

Nas considerações finais, aponta-se o que foi possível concluir após as análises das palestras ministeriais. Para tanto, faz uma tentativa de indicar a forma como o governo, além de criar as leis trabalhistas, tentou também direcionar os trabalhadores brasileiros com o estabelecimento de valores e representações que deveriam ser compartilhados em prol da nação. Consta, também nessa parte, a proposta de uma segunda etapa para este trabalho, que consistiria em analisar a duração e a partilha dos valores e representação propostos pelo governo Vargas.

2 LEGISLAÇÃO, OUTORGA E CULTURA POLÍTICA TRABALHISTA

Como no Brasil a legislação trabalhista foi outorgada, e “essa legislação exigia divulgação e esclarecimentos” (GOMES, 1988, p. 231), analisar as palestras do Ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, durante a *Hora do Brasil*, em 1942, é fundamental para se entender como o Estado forjou a criação da legislação trabalhista – ou parte dela –, de uma Cultura Política Trabalhista, ou mesmo para questionar se esta realmente existiu.

Como já mencionado, não se detém, neste trabalho, na caracterização da figura de Getúlio Vargas ou das características do Estado Novo, visto que as palestras analisadas foram realizadas durante esse período. O objetivo principal é tão somente identificar, nas falas, indícios de colocações cujo objetivo seja o de criar, nos trabalhadores brasileiros, um conjunto de representações que caracterizem uma Cultura Política.

A justificativa para analisar as palestras e identificar nas falas ministeriais as características da Cultura Política é fundamentada no próprio reconhecimento ministerial de que houve, no Brasil, uma outorga da legislação trabalhista. Se houve uma outorga e não uma conquista, como em outros países, quem a outorgou também tinha o desejo e, mais que isso, a responsabilidade de criar também um conjunto de normas, valores, linguagens, crenças e representações que fundamentasse suas ações. Dessa forma, não se pretende investigar o que trata grande parte da historiografia crítica sob o trabalhismo, ou seja, se a legislação trabalhista foi implementada de fato.

Claro que não é possível entender o trabalhismo sem a importância da figura de Vargas, pois suas atitudes pautaram-se em “sua obra social e no tipo de relação

– direta e emocional – que ele propõe manter com a massa trabalhadora” (GOMES; D’ARAUJO, 1989). Ocorre que o que se deseja, com esta pesquisa, é entender como parte disto foi construído por meio das palestras do Ministro do Trabalho na *Hora do Brasil*, sendo que, nesse caso, esta se configurou num dos canais do “tipo de relação direta” entre Vargas e a massa trabalhadora.

3 A HORA DO BRASIL: O PROGRAMA DE RÁDIO GOVERNAMENTAL

Talvez uma das formas mais aberta de contato com os trabalhadores, esse programa de rádio iniciou-se da seguinte forma:

em janeiro de 1942 o novo ministro passou a ocupar, todas as quintas-feiras, durante dez minutos, os microfones do programa “Hora do Brasil”, produzido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda e irradiado pela Rádio Nacional. (GOMES, 1988, p. 229)

Nele, o ministro falava sobre vários assuntos, utilizando “tom didático e até paternal.” (GOMES, 1988). Esse dado comprova-se neste trabalho, pois, nas palestras ministeriais da *Hora do Brasil*, do ano de 1942, o ministro, antes de iniciar a maioria das palestras, informa aos ouvintes a justificativa para a escolha do assunto escolhido e, no decorrer das falas, aconselha e convoca os trabalhadores a se unirem em favor da nação. Assim, as palestras não eram meramente informativas. Nelas, o ministro fala sobre assuntos gerais, como problemas de trânsito, relação Brasil e Chile, a Legislação de Guerra e até sobre a instituição de um concurso de Romance e Comédia. Entretanto, o foco – e não poderia ser diferente, já que o Programa era conduzido pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio – foi a legislação social. Importante também destacar que tal iniciativa não foi de vanguarda no país, mas “era a primeira vez no Brasil que uma autoridade do porte de um ministro de Estado se dirigia a tão grande público, usando sistematicamente, como instrumento divulgador da mensagem o rádio.” (GOMES, 1988, p. 230)

A adoção do meio radiofônico atendia as peculiaridades do Brasil, tanto em níveis geográficos como pela diversidade da população, uma vez que, num país de continentais proporções, era necessário um veículo de comunicação com ampla

abrangência. Outro ponto significativo foi o tipo de ouvinte do programa. Os ouvintes eram, em sua maioria, analfabetos. Acredita-se aqui que haja, nessa situação, um paradoxo, pois Getúlio Vargas criou leis trabalhistas com objetivo de atender o trabalhador urbano. Porém, o rádio, com o seu amplo alcance, acabou por informar também a população rural. Certo é que essa estratégia teve outro desfecho, pois atraiu para as cidades o trabalhador rural, seduzido pela efervescente política trabalhista, esta expressa senão na prática, na teoria.

Para que o programa *Hora do Brasil* alcançasse a eficiência nos seus objetivos, o governo federal realizou investimentos significativos. Tais investimentos não se limitaram à economia, mas também houve investimentos políticos, como o decreto-lei 1949/39, que tornou obrigatória a transmissão do programa nos estabelecimentos comerciais que dispunham de rádio. Outras estratégias do governo para atrair ouvintes foram a programação de concursos populares – como os musicais, por exemplo – e as palestras ministradas nas quintas-feiras que eram publicadas, nas sextas-feiras, no Jornal Oficial do Estado Novo, *A Manhã*. Este mesmo jornal também realizava “as chamadas sondagens de opinião e entrevistas com o povo, [...] interessavam-se sempre em saber o que se pensava do programa”. (GOMES, 1988, p. 232)

A respeito das características e aspectos componentes do programa, faz-se necessário destacar que ele foi veiculado entre janeiro de 1942 e julho de 1945. Importante realçar que o ministro sempre se referiu a Segunda Grande Guerra, aliás, o ministro nunca se esqueceu de salientar nas palestras que havia um quadro internacional de guerra e didaticamente ele instruía os trabalhadores acerca da significância na “manutenção da ordem” (GOMES, 1988) e na alimentação da indústria, diante do quadro político internacional.

Analisa-se, na parte que se segue, as palestras do ministro Alexandre Marcondes Filho na *Hora do Brasil*. As palestras de 1942 foram publicadas em fevereiro de 1943 em um livro que traz um breve prefácio do presidente Getúlio Vargas. Não há, neste livro, qualquer menção à data de veiculação das palestras e, portanto, seria necessária outra pesquisa objetiva para saber se as palestras foram editadas conforme sequência de veiculação. Entretanto, a última palestra tem o título de *Meus votos de bom natal*, não restando dúvida, assim, de que foi proferida ao final do ano e próximo da festa natalina. Para esse livro, foram editadas quarenta e oito palestras, sendo que o ano teve cinquenta e duas semanas, havendo, então, um déficit de quatro palestras. Mas como não há data de veiculação das palestras e sabendo que elas se encerraram com os votos de bom natal, o único déficit que se afirma refere-se à última semana do ano. Neste trabalho, faz-se uma análise das palestras que mais estão em acordo com os objetivos já expostos aqui.

4 AS PALESTRAS

4.1 1ª Palestra – Programa

Nesta palestra, Marcondes Filho justifica a iniciativa de criar um programa para divulgar os feitos estatais, utilizando uma linguagem mais formal, mais culta – diferente da utilizada em outras palestras – com objetivo de justificar a criação de um programa a um público bem específico.

Tendo em vista o cenário político do período, acredita-se, neste trabalho, que o governo deveria se justificar aos letrados, aos ricos proprietários de terra, à elite urbana, bem como aos jornalistas, intelectuais, liberais e, principalmente, aos críticos do Estado Novo, muitos pertencentes às categorias e às classes citadas.

Nesta, o ministro fala da necessidade de união nacional em prol do benefício coletivo, de acomodar contingências e de beneficiar o capital, fato que justificava as melhorias das condições do trabalhador. Também deixa claro que Vargas é um grande líder, chegando a chamá-lo de gênio.

Nesta primeira palestra, Marcondes Filho justifica os deslocamentos das ações de governo e ministério para o âmbito da democracia social em oposição à democracia política, aspecto abordado em Gomes (1988). Percebe-se, então, que as contribuições desta primeira palestra para a Cultura Política estão na ratificação da imagem de Vargas e, conseqüentemente, na instituição de um guia e na valoração do trabalho – não tanto no trabalho em si, mas como meio para construção e manutenção de uma nação.

4.2 2ª Palestra – Na Hora do Brasil

Já nesta segunda palestra, o ministro também aponta os objetivos do programa que são “transmitir o pensamento do governo sobre os problemas que lhe dizem respeito, [e] contar os esforços que o Ministério está desenvolvendo” (MARCONDES FILHO, 1942) e também o justifica, pois se

pudesse, andaria de casa em casa, para conhecer as necessidades de cada família, saber como as leis estão sendo cumpridas, pressentir os anseios e levar notícia de todos os lares ao Presidente, um cujo coração o trabalhador brasileiro sempre encontrou lenitivo para suas dores, abrigos para suas dificuldades. (MARCONDES FILHO, 1942, p. 2)

Mas diante das dificuldades de tempo, de geografia e de comunicação, tal programa seria o canal direto com o trabalhador brasileiro.

Marcondes Filho também menciona que o programa é destinado aos trabalhadores da capital federal, mas frisa que esta está mais próxima dos trabalhadores. Dessa forma, o foco são os trabalhadores que estão distantes. Importante salientar que o ministro destaca em suas falas que o alvo é o trabalhador, além de sempre ratificar o “gênio” político de Getúlio Vargas.

Evidenciou-se a utilização de palavras que aproximam poder público e população, neste caso, o trabalhador. A palavra *coração* é expressa duas vezes. Uma dessas manifestações ocorre quando Marcondes Filho afirma que os que estão longe só estão dos olhos, porque estão perto do coração.

O ministro menciona o aclamado encontro de Vargas com operários durante reunião de líderes americanos no Rio de Janeiro. Percebe-se, nesta menção, um desejo de divulgar como o “gênio” era querido e reverenciado por todos. Há, claramente, a intenção de instituir Vargas como o trabalhador número 1, pois

Marcondes Filho afirma que o governante é, “o maior trabalhador, o trabalhador modelo, que dedica dezoito horas de cada dia ao serviço da coletividade.”³

Deve-se atentar para o que o ministro faz nesta passagem. Ele institui Vargas como um símbolo do trabalho no Brasil, pois é o trabalhador modelo que dedica dezoito horas do seu dia, em prol da nação.

Em sua fala, Marcondes Filho realça o importante papel dos sindicatos sem apontar distinção entre o dos empregados e o dos empregadores, atribuindo a eles a mesma importância, qual seja a de construir “um Brasil mais próspero e mais forte.” O ministro também afirma sobre os estreitos laços que o governo mantém com os trabalhadores e pede que suas palavras sejam compreendidas como palavras de um amigo sincero, que tem a função de cumprir os mandados do mandatário maior.

Mais que uma simples exposição dos objetivos, nesta palestra, Marcondes Filho expressou e realçou a figura de Vargas. E ainda se declarou próximo dos trabalhadores, dizendo acreditar que, nas mais remotas regiões brasileiras, seus discursos seriam ouvidos. Mais que expor os objetivos do programa, o ministro realçou a simbologia do governante, suas atitudes e reafirmou a proximidade governo-trabalhador, bem como o fundamental papel deste último e reforçou a significância dos sindicatos.

Era importante que o ministro expusesse claramente, na *Hora do Brasil*, o papel e a importância de cada trabalhador e das organizações como os sindicatos e as delegacias regionais. Pode-se afirmar que, assim, se proporia uma mobilização imediata ao ouvinte para que ele permanecesse inserido na engrenagem, com vistas ao futuro. E, mais que isso, convocaria outros agentes que ainda não faziam parte

³ Optou-se por retomar, na discussão sobre as palestras, trechos das falas do ministro Marcondes Filho sem numerar, na maioria das vezes, data e página, lembrando que todas são do ano de 1942. Dessa forma, todas as ocorrências semelhantes referem-se à fala dessa autoridade. Caso haja referência a um outro autor, será sinalizada conforme as normas de publicações acadêmicas.

do trabalho institucionalizado ou que faziam, mas de forma indireta, e, nesse caso, dando-lhes significativa importância, como, por exemplo, a palestra dirigida à senhora do lar proletário.

4.3 3ª Palestra – O pensamento dos interesses da nação

Nesta terceira palestra, o ministro conclama os trabalhadores e patrões a pensarem em proveito da nação. Pede que cada um examine suas convicções e que deixe de lado o próprio interesse em favor do interesse público. Se no Estado Novo Vargas reafirmou a centralização política e o nacionalismo, nesse momento, ele também deseja tal atitude do povo, dos trabalhadores do Brasil, como pontua Marcondes Filho.

Além disso, o ministro evoca o espírito de civismo do trabalhador, incentiva a necessidade de união para a construção de uma nação forte e pede que “quaisquer que sejam os nossos serviços, as nossas funções, os nossos objetivos, o pensamento pela nação deve estar presente em nosso dia, como se fôra um instinto, como se fôra nosso sexto sentido.” (MARCONDES FILHO, 1942 p. 23)

Ele faz menção à questão internacional e justifica a posição do Brasil conforme acordos assinados em tempos vividos, que também têm forte ação dos homens no sentido de atribuir ao trabalhador papel de destaque, pois este escreve a vida nacional.

Marcondes Filho usa, nesta palestra, termos como serenidade, plenitude, equilíbrio, meditação, probidade política, patriotismo, espírito de sacrifício, projetando, assim, um futuro melhor. Ele faz uma crítica à ambição por lucros fáceis

e pela satisfação de prazeres, apontando-os como inimigos da nação. Dessa forma, líder e ministro conclamam os trabalhadores a fortalecerem a nação e a terem esperança no futuro.

4.4 4ª Palestra – Vida Sindical

Marcondes Filho inicia esta palestra informando que, vez ou outra, será obrigado a recordar o discurso de posse no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Justifica tal atitude na necessidade de

relembrar por meio delas a orientação aí contida, que, esta, foi traçada pelo Sr. Presidente da República e não deve sair de nossas memórias porque provém da luminosa inteligência e da vontade suprema de quem revela em toda a sua vida um grande devotamento aos trabalhadores do Brasil. (MARCONDES FLHO, 1942, p. 27)

Marcondes Filho, em seu discurso, discute sobre a necessidade de ingressar na vida sindical. Como se sabe, o objetivo dessa ação não será a luta em favor dos direitos e da causa trabalhista, ao contrário, o objetivo será o de assegurar os frutos produzidos pela “nossa adiantada legislação trabalhista”.

O ministro faz, aqui, a primeira referência à legislação trabalhista, mencionando que somente serão atendidas as consultas de trabalhadores que forem formuladas pelo seu sindicato. Também relata que tal iniciativa foi prontamente reverenciada pelos *centros de atividade humana* no país inteiro, através de mensagens enviadas ao ministério. Ao legitimar a norma estabelecida pelo Ministério do Trabalho com a reverência dos *centros de atividades humana*, o ministro reveste ainda mais as ações do ministério de simbolismo com o claro objetivo de inundar o imaginário dos trabalhadores.

Interessante observar que, somente a partir da quarta palestra, o ministro começou a divulgar a legislação social. Até a terceira palestra, ele convocou os trabalhadores a seguirem o trabalhador modelo e a construir uma nação forte. A partir da quarta palestra, o discurso estatal começa a oferecer aos trabalhadores benefícios materiais, na forma de direitos, que justificariam o compromisso com a nação e com o trabalhador modelo.

Ao esclarecer a importância da inscrição dos trabalhadores nos órgãos de classe para que eles sejam beneficiados com “mais renda, maior prosperidade patrimonial, maiores possibilidades administrativas”, além de dar-lhes “mais força, maior título representativo, maior autoridade à voz das suas diretorias”, Marcondes Filho está, na verdade, fortalecendo um dos maiores mecanismos de legitimidade e perpetuação de Getúlio Vargas no poder.

Destacam-se, nesta palestra, as instruções do ministro quanto aos deveres dos sindicatos, que vão desde representar os trabalhadores na exigência do cumprimento dos seus direitos, a criação e gestão de benefícios sociais até a função de criação das cooperativas de consumo para amenizar os efeitos da guerra, uma vez que essa “vai tornando a vida mais cara”. Ao incumbir os sindicatos desta função, o termo “pelegos” ganha legitimidade, uma vez que ele, denotativamente, refere-se ao pano que fica entre a sela e a pele do cavalo, com o objetivo de amortecer os impactos da cavalgada.

Concluindo a análise desta palestra, salienta-se a atitude do ministro de, após divulgar parte da legislação social, instruir os trabalhadores quanto aos seus direitos e deveres e esclarecer a sindicatos sobre suas funções. Ele pede aos trabalhadores sua retribuição, pois “cumprindo os próprios deveres, mostrará que está à altura desses direitos.”

Aspecto que deve ser apontado nesta palestra refere-se à invocação estatal da importância e do papel dos sindicatos, bem como da necessidade prática e legal da vinculação do trabalhador com os sindicatos, como contribuição de características para a Cultura Política. Destaca-se que, apesar de ter tratado do tema de forma recorrente e detalhada, a solicitação do ministro para que os trabalhadores estejam a altura da lei dá a dimensão de como era estrategicamente estreita a relação governante-povo, se não na prática, ao menos na linguagem, atingindo o imaginário.

4.5 5ª Palestra – Mensagem de Promessa, esperança e simpatia

Sobre esta palestra, far-se-á apenas um breve comentário, pois ela trata de um assunto que não é relevante para este trabalho.

Nela, o ministro aborda a situação de trabalhadores com mais de quarenta e cinco anos que vêm tendo dificuldades para encontrar emprego. Estes responsabilizam a nova legislação social por essa situação. Interessante destacar que o ministro se solidariza com a causa, embora afirme que se trata de um número bem menor de desempregados produzidos pela lei, ao contrário de quando ela ainda não existia.

Ele acrescenta que, além de diminuir o número de desempregados, a legislação também diminuiu a insegurança, característica do Brasil pré-1930. O ministro termina a palestra com a promessa de analisar tal situação e com incumbência governamental de resolvê-la.

Percebe-se, a respeito do getulismo, nesta palestra e nas demais, em sua maioria, que esse assunto aparenta ser fonte inesgotável de pesquisa e investigações não somente para as Ciências Sociais, como também para outras áreas do saber, como o Direito Trabalhista.

4.6 6ª Palestra – Concurso de Romance e Comédia

Embora pareça despreziosa pelo título, esta palestra está repleta de simbolismo. Primeiro, porque o ministro se intitula um vassalo frente aos autores de obras-primas brasileiras. Depois, porque o ministro conclama esses autores a escrever sobre assuntos ainda não contemplados, como a sincronia entre Getúlio Vargas (instrumentalizado com a presidência)–trabalhador–patrão e a harmoniosa coexistência entre eles.

Marcondes Filho informa sobre o concurso, mas nas entrelinhas, o pauta, pois pede que seja contemplada a situação da nação e que o material produzido tenha relatos distintos dos produzidos na Europa, que contemplaram “toda uma literatura, com lampejos de gênio, é bem verdade, mas amarga, cheia de gritos, marcada de revoltas, literatura que incentivava o ranço do povo.”

Para justificar a realização do concurso e a pauta discretamente orientada por ele, o ministro condena que “a redução das horas de trabalho, a fixação dos salários, a proteção à infância, a justiça social, o direito de organização, foram obtidos a poder de greves, de sabotagem, de sacrifícios, de revoltas e de cruentas lutas. Assim, foi em todas as nações a história dessa doutrina, que era democrática nos livros e sangue popular nas barricadas.”

Ao contrário de outros países, no Brasil, a obtenção de tais direitos foi resultado do “gênio” de Vargas, das virtudes de seu povo e da capacidade do Estado em realizar na vida o que está escrito nos livros. Por isso, o ministro faz um apelo – que deve ser encarado como pauta, uma vez que o Estado Novo não permitiu vozes destoantes – para que o concurso possa destacar a harmonia de classes no Brasil, a legislação social e, mais explicitamente, para “despertar as vocações, arrancar do anonimato os gênios desconhecidos, educar os homens simples e bons que formam as classes trabalhistas” e “a falar à índole afetiva de nossa gente, à sua capacidade de trabalho, ao patriotismo dos trabalhadores do Brasil.”

Destaca-se que, nesta palestra, o ministro se refere a um imaginário ainda bastante recorrente e compartilhado pelo trabalhador brasileiro de que o Brasil é uma nação privilegiada por ter conseguido instituir e realizar as benesses sociais sem guerras, conflitos e derramamento de sangue. Além disso, nesta palestra o ministro apela para que a literatura a ser produzida no concurso contemple este imaginário, bem como os feitos estatais pós-30, mostrando o desejo de construção do trabalhismo fundamentado num atributo da Cultura Política, neste caso, o imaginário.

4.7 7ª Palestra – Espírito e Vontade de Conciliação

O ministro, nesta palestra, aborda um assunto recorrente e já destacado na segunda palestra: a necessidade de cooperação entre empregado e empregador, e, portanto, de supressão do individualismo a favor da nação. Também faz referência

ao papel dos sindicatos e das Juntas de Conciliação para solucionar as contendas entre as referidas partes.

Marcondes Filho novamente se refere à guerra e à situação mundial para justificar a necessidade de cooperação e de conciliação e menciona, através dos dados, a eficiência da atuação das Juntas de Conciliação.

Nesta palestra, percebe-se que a contribuição para a Cultura Política está na convocação estatal para que a relação empregado-empregador obedeça ao princípio da necessidade nacional. Assim, é preciso que haja “cooperação sincera e afetiva da solidariedade profissional.” Ao convocar as partes para tal, o ministro afirma que “a conciliação não exige, como a muitos parece, o sacrifício do direito ou do interesse individual.” Também, afirma ele, “não envolve uma questão de generosidade do empregador ou de simples conformação do empregado. Não é fraqueza. Também não é prepotência. É modo, é processo, é sistema. Evita perda de tempo, que é uma forma perniciosa de gastar e evita polêmica, que é uma forma desagradável de ganhar.”

Porém, numa relação entre partes desiguais – e neste caso, empregador e empregados têm força política e social distintas – a conciliação em busca de um objetivo maior é quase uma instituição da passividade. Isso se explica pelo fato de que o lado mais insuficiente de recursos, com menor força política e de mobilização, neste caso o do empregado, que teve sua individualidade suprimida por um sindicato patronal tem mais a perder. Interessante observar que o ministro encerra esta palestra como começou, contradizendo seu conteúdo, pois afirma que “não nos esqueçamos que o interesse coletivo deve sobrepor-se ao interesse particular”. Dessa forma, o discurso e as palavras escolhidas são engenhosamente encaixadas de acordo com o momento e o objetivo.

Verifica-se, no parágrafo acima, falas ministeriais que merecem investigação para caracterizar o trabalhismo outorgado como uma Cultura Política, pois “evitar polêmica” e “ganhar de forma desagradável” ainda são linguagens do cotidiano e por isso podem ser objetos de pesquisa. Também o podem as conciliações relatadas nesta palestra, pois “se examinarmos o período que vai de 2 de junho a 31 de dezembro de 1941, verificaremos que receberam 4.052 reclamações, das quais 1.562, isto é, 37% foram resolvidas por meio conciliativo”. Ocorre que tal análise é relatada na forma bruta, ou seja, em forma de números, sem análise de caso a caso e, uma reflexão mais atenta, permite notar que 73% das vitórias obtidas de forma não conciliativa é um número expressivo, que justifica tal discurso.

4.8 8ª Palestra – A senhora do lar proletário

Marcondes Filho inicia esta palestra expondo claramente seu objetivo, qual seja de, “tratar das mulheres e não dos homens.” O então ministro esclarece o sentido etimológico do termo proletário para então preenchê-lo de simbologia e valores, atingindo em cheio o imaginário de trabalhadores e das senhoras dos lares.

Logo de início, Marcondes Filho também relembra o divisor de águas a partir da chegada de Vargas ao poder e que “por tais motivos, a inteligência, a sabedoria e o patriotismo de um estadista estão na proporção direta das preocupações que dedica aos humanos interesses da companheira do trabalhador.” Dessa forma, o Estado reveste de importância a “senhora do lar proletário”, marca sua significância e afirma, principalmente, que dela não vai se esquecer, e, com isso, o ministro valoriza claramente o governo pós-30. Mas, estrategicamente, para evitar ascender

rancores e mágoas, condutas habilidosamente condenadas, o ministro isenta os governos e patrões anteriores a 1930 de responsabilidade, mas não estende sua isenção aos legisladores, pois “antes de 30, andávamos jungidos a velhas doutrinas individualistas, o legislador tinha os olhos vendados, e o que os olhos da alma não veem, o coração estadista não sente.”

Inicialmente, para esclarecer a legislação trabalhista vigente, criada pelo “gênio” Vargas, Marcondes Filho adotou discurso diferente. Ao contrário de relatar a nova legislação ou expor as mudanças a partir de 1930, conclamou as mulheres “que já se enfeitam de cabelos brancos” a recordarem sobre o “doloroso período, em que, por certo, tiveram momentos bem difíceis” e ilustrou essas recordações com exposições das situações difíceis, insalubres e de ausência de uma regulamentação que salvaguardasse seus direitos, pois “não raro à porta de uma fábrica, uma ambulância estacionava. Vinha retirar do meio dos teares, em pleno trabalho, a mulher que ia ser mãe e que não pudera preparar-se no remanso do lar para o momento sublime.”

Como que para reforçar a ilustração das péssimas condições posteriores a 1930, agora o ministro expõe as mudanças pós-30, tais como “às vinte e duas horas fica assegurado à mulher o retorno ao lar e aos filhos. Arrancou-se da operária o penoso serviço subterrâneo, das pedreiras e das minas.” Deve-se atentar que o ministro não menciona a palavra descanso para caracterizar o período pós-trabalho, neste caso, após as vinte e duas horas, o que de forma geral, corrobora com o dito popular de que a mulher tem jornada dupla, fora e dentro de casa.

Como fez ao longo das palestras anteriores, mais uma vez o ministro Marcondes Filho enaltece o advento dos benefícios sociais, obtidos através do “gênio” Getúlio Vargas, sem a necessidade “como no velho mundo, [de] que os

maridos viessem para a rua lutar e morrer pela companheira e pelos filhos”, reforçando a imagem de Vargas como o estadista inovador, tanto por criar as benesses sociais, num ato de humanidade, como por evitar o derramamento de sangue.

O ministro, então, conclama “as mães, que foram operárias antes e depois”, a relatar aos filhos e maridos, pois estes podem não se recordar, sobre as inesquecíveis marcas do tempo pré-30, mas fundamentalmente o ministro pede que as mães os instruem sobre “o bem que hoje possuímos, e que somente a união espiritual, o labor ininterrupto, a obediência à lei, o respeito à autoridade, a dedicação ao grande benfeitor dos lares operários e o amor ao Brasil sobre todas as cousas, puderam assegurar em tempos tão maus a continuidade do bem que hoje possuímos”. Desse modo, o ministro, além de enaltecer Vargas, pede que as mães instruem seus filhos a segui-lo, a obedecê-lo, em troca da manutenção dos benefícios conquistados. Ao convocar as mães a mostrar aos filhos e maridos as melhorias sociais e, principalmente, a pedir obediência, respeito e dedicação, o ministro parafraseia um ditado popular - peça a Mãe que o Filho atende – em uma referência ao poder de interseção de Maria junto a Jesus, quando se quer uma graça.

Nesta palestra, o ministro conjuga a todo o momento o tempo passado, presente e futuro. O primeiro para compará-lo ao segundo de forma quantitativa e qualitativa, uma vez que o ministro sempre relata as péssimas condições de vida pré-30 e enumera as melhorias e a atual qualidade de vida, em detrimento do passado “cuja memória se alimenta de antigas dores inesquecíveis”. Já sobre o futuro, o ministro lembra que a manutenção da situação, resultado da obediência, do respeito e da dedicação garantiram o “sonhado progresso dos filhos.”.

Por último, Marcondes Filho finda a palestra exaltando a “poderosa intuição” da mulher operária, que por si só já basta, pois “não precisa de escola, não precisa de livros, nem artigo de jornal”. Em função da afirmação de que a mulher operária não precisa buscar conhecimento, pois só sua intuição é suficiente, Marcondes Filho desvaloriza a atuação exterior da mulher e, nesse caso, exterior refere-se à construção do eu individual; ao exaltar tais atributos e características como inerentes à mulher operária, o ministro determina a ela um papel. Senão individual e positivista, um papel social importante, pois a qualifica como mediadora do lar a serviço dos interesses da nação e, mais ainda, como ponto de referência para orientar filhos e maridos para o presente e o futuro. Importante destacar que, durante toda a palestra, pelo menos na versão escrita, o ministro se refere a Mulheres Operárias, sempre no plural, portanto confirmando um objetivo do governo Vargas de mobilizar as massas, de falar a todos os trabalhadores, de pensar uma nação enquanto coletividade.

Merece destaque a semelhança de construções entre a Senhora do Lar, do Governo Vargas e das mulheres comunistas, no texto *Mulheres Exemplares*, de autoria de Betzaida Tavares⁴. No modelo construído pelos comunistas, a mulher comunista aparece como aquela abnegada e disposta ao sacrifício em proveito da coletividade. No modelo varguista, quando não exerce a função operária com as mesmas vantagens do operário, ela é “a devota companheira do trabalhador” que deve, com sua sabedoria, instruir o companheiro de sua importância. Claro que os

⁴ TAVARES, Betzaida Mata Machado. *Mulheres Exemplares: uma análise do modelo comunista feminino a partir das trajetórias de Elisa Branco e Leocádia Prestes*. IN: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.) **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2005.

propósitos são distintos, mas a imagem de lealdade e de companheirismo da mulher é similar e constitui uma simbologia importante nos dois casos, trabalhismo e comunismo, e, por isso, esta palestra apresenta importantes características para a Cultura Política, pois define a dimensão do papel das mulheres operárias ou senhoras do lar.

4.9 13ª Palestra – Primeiro de Maio

Diferente das outras palestras, onde o ministro se dirigia aos trabalhadores ou a alguma organização ou cidadãos, nesta palestra o ministro Marcondes Filho se dirigiu especificamente ao Presidente Getúlio Vargas e o reverenciou como patrono da legislação trabalhista. Nela, o ministro menciona que ele, ministro, está e estará junto às massas, indo mais longe ao se intitular proletário intelectual.

O ministro usa uma linguagem convocatória, pois afirma que, em outros países, o momento é de lembrar as conquistas obtidas de forma violenta, às custas de sangue e vida, mas no Brasil ocorre de forma diferente já que “aqui estamos, os trabalhadores do Brasil, para fazer das datas do nosso trabalho a consagração de vossa excelência, porque, no Brasil, primeiro de maio é dia do povo, por ser um dia eminentemente presidencial.” Tais convocação e exaltação da figura de Vargas e dos seus feitos deveriam inflamar os trabalhadores a comemorar seus ganhos e reverenciar seu líder, pois esta palestra foi realizada na quinta-feira, trinta de abril, portanto, a poucas horas da festa tão revestida de simbolismo organizada pelo “gênio”, Getúlio Vargas, a festa do 1º de maio.

O que o ministro faz, nesta palestra, e não poderia ser diferente, dada a sua data, é evocar os feitos do trabalhador modelo e guia da nação, agradecê-lo, jurando gratidão, enaltecer o povo brasileiro, que está apto a atender os apelo do “Grande Estadista” e entender seu papel na construção deste país. O ministro, para reforçar os benefícios sociais pós-30, condena as conquistas sociais obtidas a duras penas em outros cantos do mundo.

Acerca da contribuição desta palestra para a Cultura Política Trabalhista, destaca-se a exaltação da conduta do povo brasileiro, de que foi privilegiado com a outorga das leis além da necessidade de se comemorar o primeiro de maio, em detrimento de outros que usam a data para relembrar tempos difíceis, assim o ministro da significância e simbologia ao 1º de maio não como uma data para protestos, mas para se comemorar, frente a forma como se foi conseguido as benesses sociais brasileiras

Pelo noticiário televisivo e escrito, atualmente, o Brasil é o único país onde a data, 1º de maio, ocorrem espetáculos em formato de comemoração, além de sorteio de brindes diversos.

4.10 19ª Palestra - A cidade e o campo

O ministro relata, nesta, as solicitações e queixas de um retirante que saiu do campo, fugindo das dificuldades da terra natal. Um detalhe chama a atenção neste caso, pois esse retirante alega que tais dificuldades são fruto do esgotamento das suas terras produtivas. Portanto, o relato do retirante mostra que não havia, no início

dos anos 40, uma política pública destinada a solucionar problemas do homem do campo.

O ministro relata também que o retirante, após busca incessante por emprego nos mais diversos segmentos da cidade, desembocou no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, mas que, lá, foi prontamente recebido por ele, chefe maior da pasta. Assim, ao relatar tal atitude, a fala ministerial corrobora com a historiografia, ao mostrar o estreito laço entre a massa - e por ela entenda-se trabalhadores do Brasil - e o governo. Neste caso, não pelo “gênio”, mas pelo representante primeiro após este, dada a importância da pasta do Trabalho.

No entanto, o ministro faz um alerta e culpa a “boa intenção” e a ignorância desse trabalhador por tal situação. Além disso, o toma como exemplo para dizer que, na cidade e também no campo, os predicados para a sobrevivência são outros, que vão além da “maior gradação da dignidade humana.” Tal afirmativa é contraditória se se analisar que Vargas foi um opositor declarado, na teoria e na prática, do liberalismo e que sua política social foi fundamentada principalmente nas demandas que o liberalismo individualista não conseguia responder.

Neste momento, o ministro usa um jogo de palavras em que estas ganham alegoria poética para descrever as características do campo e da cidade. Por meio delas o ministro relata as características positivas e negativas, mas essencialmente mostra as contradições de características e que, para se mudar para a cidade, é necessário um prévio preparo, tanto técnico como emocional.

Marcondes Filho encerra sua palestra justificando tal discurso para alertar os trabalhadores que planejam sair do campo e também para lembrar que o país necessita de trabalhadores nas mais diversas regiões, sejam da cidade ou do campo, e que, no caso deste último, ainda há terras a serem exploradas.

Tal palestra mostra, mais uma vez, outro paradoxo visto que o governo instituiu inicialmente a legislação social direcionada ao meio urbano, aos operários das cidades. Naturalmente, tais direitos provocariam a demandada do campo, também resultante da industrialização, porém, os efeitos de tais atos, fugiram da alçada governamental, que viu o despreparado trabalhador do campo desembocar na cidade à procura de melhores condições de trabalho e, obviamente, seduzido pelas benesses sociais.

Interessante observar como no caso escolhido - do trabalhador que saiu do campo para buscar emprego na cidade – nos informa sobre o valor e a representação das cidades para os trabalhadores brasileiros no período aqui tratado. A política desenvolvimentista, intensificada no Estado Novo, dava representação significativa as cidades, como espaço destinado a se colocar em pratica esta política, assim, nesta palestra, o ministro Marcondes Filho reafirma indiretamente a importância das cidades e sua representação no imaginário do trabalhador ao relatar este caso.

4.11 43ª Palestra – A Consolidação

Nesta palestra, o ministro Marcondes Filho inicia seu texto exaltando o feito de Vargas ao criar legislação trabalhista. De cunho social, esta tinha o objetivo de “saldar com as classes trabalhadoras” um déficit histórico. Mais uma vez, o ministro usa a comparação passado-presente para enaltecer a legislação trabalhista. Também faz referência à sua função social, pois principalmente graças à visão do “gênio” Getúlio Vargas, ela evitou “conturbar o ritmo da paz brasileira.”

Para enaltecer as leis, o ministro descreve sua abrangência e as mudanças por elas provocadas, bem como os direitos assegurados aos trabalhadores do Brasil. O ministro também reforça sua imagem e a imagem do Ministério ao relatar a grandeza e dificuldade de sua empreitada para atender o desejo do trabalhador modelo e condensar as múltiplas leis criadas após 1930, sendo que estas, segundo o ministro, foram de grande contribuição para a consolidação da Carta Magna trabalhista.

Se a campanha pela consolidação da legislação social foi uma das principais incumbências do ministro Marcondes Filho, seu prenúncio foi uma das notícias anunciadas quando das comemorações de cinco anos do Estado Novo, mas sua assinatura e, por consequência, sua real aplicação foram magistralmente orquestradas para o 1º de maio de 1943. Mais uma vez, o ministro faz uma alusão ao futuro promissor da nação e de seus filhos, para justificar a política trabalhista, de cunho social.

De fato, o ministro reveste a lei trabalhista existente e agora consolidada de simbolismo, inundando o imaginário dos trabalhadores brasileiros de esperança em relação à justiça social e às possibilidades de ganhos futuros. Ele reforça novamente a imagem do presidente, quem tem a responsabilidade de guiar esta nação.

Tanto nas palestras analisadas aqui como nas outras que foram ao ar na *Hora do Brasil* em 1942, o ministro reforça constantemente a imagem do presidente. Ele intensifica-a utilizando atributos de guia, de gênio, de homem com capacidade de prever as necessidades dos trabalhadores da nação. O ministro, além disso, reveste de simbolismo e valores a legislação social e os trabalhadores, que, segundo ele, deveriam fazer por merecer a criação desta. Lembra sempre como é importante a simetria entre empregados e empregadores em prol de um objetivo

maior, neste caso, o de fortalecer a nação. E para tal, pede insistentemente que os trabalhadores não meçam esforços e suprimam seus desejos individuais em favor do coletivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de proceder às considerações finais, estabelece-se, neste espaço, a proposta de uma outra etapa para este trabalho. Na verdade, como a longa duração é um dos atributos da Cultura Política, esta outra etapa - que poderia ser caracterizada como uma segunda etapa – consiste em analisar se houve longa duração no conjunto de valores, tradições, práticas ou representações que o Estado tentou criar.

Importante destacar que, nesta pesquisa, verificou-se que o discurso estatal homogeneiza o Brasil em prol do coletivo, além das constantes menções que faz o ministro ao período de guerra. Nas palestras, mais que divulgar a legislação trabalhista, o ministro estabelece uma relação de normas e símbolos que visam instruir e direcionar o trabalhador para alinhar-se aos desejos estatais.

Em função disso, são mencionadas questões como a conduta do trabalhador diante dos obstáculos e o fato de que o trabalho, mais que ter um valor em si, é meio para construir e fortalecer a nação. O ministro conclama os trabalhadores a exercerem sua gratidão para com seu governante, na medida em que este deu ao povo brasileiro uma legislação social sem dispêndio de força e sangue. O ministro, em suas palestras, mostra como era direta a relação estadista-povo, pois o “grande líder” se preocupava com o bem-estar dos seus, ao contrário dos governos pré-1930. E, por último e não menos importante, ele reforça a necessidade de conciliação para o fortalecimento da nação e para evitar o conflito, tão condenado no discurso estatal.

No que tange à Cultura Política, e como proposto neste trabalho, merecendo posterior aprofundamento, destaca-se, primeiramente, o uso do discurso estatal para

se evitar o conflito entre empregado e empregador; além desse, a proposta de dar e de receber; de se exercer a gratidão frente aos benefícios outorgados; a forma de colocação das palavras e expressões, sempre no plural ou no coletivo; a frequente alusão ao futuro, como justificativa para ações no presente e a condenação do passado pré-1930. A crença na figura de um líder, guia dos trabalhadores, criador e condutor dos projetos sociais; e por fim, a recorrente valorização do coletivo e a crítica ao individualismo.

Por fim, ao apontar e discutir, no discurso estatal, expresso nas palestras do ministro Marcondes Filho no programa *Hora do Brasil*, atributos que pertençam a Cultura Política e precisavam ser compartilhados, espera-se contribuir para uma análise que pretenda expor as tentativas do governo em agrupar os trabalhadores brasileiros para o benefício da nação.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: UNESP, 1995.

CARDOSO, Ciro F.; MALERBA, Jurandir. (org.). **Representações**: contribuição a um debate interdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000.

D'ARAUJO, Maria Celina. **A Era Vargas**. São Paulo: Moderna, Coleção Polêmica 1977.

_____. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Org.) **O Brasil Republicano**: O tempo do nacional-estatismo do início da década de 30 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 213-239.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **Brasil**: 1954 – Prenúncios de 1964. Varia história [online]. 2005, vol. 21, n. 34 p. 484-503. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752005000200013&script=sci_arttext>. ISSN 0104-8775 doi: 10.1590/S0104-87752005000200013> Acesso em: 07 out. 2010

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 9ª Ed. São Paulo: Edusp, 2001. p. 329-443.

FILHO, Alexandre Marcondes. Trabalhadores do Brasil! Palestras do ministro Marcondes Filho na Hora do Brasil, em 1942. Rio de Janeiro: **Revista dos Tribunais/Revista Judiciária**, 1943.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **Reflexões em torno de populismo e trabalhismo**. Varia História, Belo Horizonte, n. 28, 2002.

_____; D'ARAUJO, Maria Celina. **Getulismo e Trabalhismo**. São Paulo: Ed. Ática. Série Princípios. 1989.

_____. **A Invenção do Trabalhismo**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro 1988. p. 175 a 329.

JULIARD, Jacques. A política In LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). **História**: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O conceito de cultura política**. Anais do X Encontro Regional da ANPUH/MG. Mariana, 1996, p. 83-91.

_____ Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. IN: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.) **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2005.

VISCARDI, Cláudia M. R. e JESUS, Ronaldo Pereira de, A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. Ferreira Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Org.) **A Formação das Tradições (1889-1945)**. As Esquerdas no Brasil. vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 21-51.